

Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa¹

Luiz Antônio Marcuschi*

Resumo



Partindo da idéia de que a linguagem é uma forma de cognição sócio-histórica e de caráter eminentemente interativo, este ensaio volta-se contra as posições que consideram a linguagem do ponto de vista representacional. Sugere que as atividades lingüísticas são principalmente de construção e não de processamento, recusando assim a metáfora do computador como adequada para qualquer tipo de analogia com a linguagem. Com isso revê a questão da referência tomando-a como ato criativo de designação e não como uma relação extensional e trata a anáfora como um sistema de relações discursivas. A tese central é a de que a linguagem

* UFPE/CNPq

¹ Este trabalho situa-se no contexto do Projeto Integrado: "Fala e Escrita: Características e Usos", em andamento no *NELFE (Núcleo de Estudos Lingüísticos da Fala e Escrita)*, Depto. de Letras da UFPE, com apoio do CNPq proc. nº 523612/96-6, a quem agradeço o estímulo.

não é um simples código nem contém imanente um sistema semântico, mas se caracteriza como um sistema simbólico de grande plasticidade com o qual podemos dizer criativamente o mundo.

Palavras-chave: cognição; criatividade; referenciação; anáfora

Abstract

Starting from the idea that language is a form of socio-historic cognition with an eminently interactive character, this essay takes a stand against positions that consider language from a representational point of view. The essay suggests that linguistic activities are principally those of construction and not of process, refuting in this way the computer metaphor as adequate for any type of analogy with language. In this manner, the question of reference is reviewed considering it a creative act of designation rather than an extensional relation and treats anaphora as a system of discursive relations. The central thesis is that language is not a simple code nor does it contain an immanent semantic system, but is characterized as a symbolic system of great plasticity with which we can creatively tell the world.

Key words: cognition; creativity; referenciation; anaphora

1. Pontos de partida

É fácil constatar que a lingüística vem se voltando hoje cada vez mais para o estudo das atividades cognitivas. Isso não deveria surpreender, pois num certo sentido a linguagem caracteriza-se como uma forma de cognição; daí a importância desta para a Lingüística. Trata-se de uma virada importante, uma espécie de “cognitive turn”, que após a guinada pragmática em meados do séc. XX se fazia necessária.

Desde os gregos, acompanha-nos a indagação pelo acesso à realidade e pelos modos de construção do conhecimento e sua mediação lingüística. As soluções dadas variaram enormemente, desde o sofista Górgias, para quem era impossível o conhecimento, passando por Santo Agostinho que buscava uma voz interior como fonte do conhecimento, chegando a Kant com a teoria dos esquemas e desembocando nos nossos dias, quando se postula a hipótese sócio-cognitiva e os processos de “mesclagem” como básicos para a construção do conhecimento.

Um percurso que foi do ceticismo ao misticismo religioso; do mentalismo formal ao sócio-cognitivismo. Assim, tornou-se hoje comum postular que o uso social da língua tem efetivamente um papel relevante na construção do conhecimento. Mas não se chegou a uma posição consensual. Indaga-se ainda se seria o conhecimento construído ao estilo associativo e analógico ou ao estilo de uma memória hierárquica ou factual. Teria uma base apenas no fator biológico (inato) ou também na maturação e na experiência? Hipótese interessante é a da organização do conhecimento na forma de enquadres e recorrências e não de fatos ou dados. A alternativa aqui seguida tem por base a hipótese sócio-cognitiva na construção do conhecimento; neste caso

vai-se da investigação de processos gerais e abstratos para a análise de atividades situadas.

Hoje entra com alguma força na cena teórica nas investigações sobre cognição a idéia de situar o foco mais nas **atividades de construção** do conhecimento e menos nas **atividades de processamento**, tal como se fez nas décadas de 70 e 80 no campo da Psicologia Experimental, quando se considerava a cognição no nível do indivíduo. Ao analisar as atividades de construção pode-se ter uma visão mais clara de como emergem nas práticas públicas as propriedades da cognição e assim captar o dinamismo dos processos que dão origem a estruturas conceituais tão complexas como as metáforas, metonímias, ironias, idiomatismos, polissemias, indeterminação referencial, dêiticos, anáforas etc., chegando à própria noção de **contexto**.²

Explicar a construção do conhecimento por esse caminho é uma forma de esclarecer a significação para além de teorias que desde Alfred Tarski tomam as condições de verdade como base para essa atividade. A idéia é ampliar a observação considerando dimensões tais como: atividades, contextos, artefatos, interações e crenças, entre outras. A preocupação não incide nas condições de predizibilidade e falseabilidade dos resultados, já que tais requisitos situam-se em um contexto teórico insensível à indexicalidade. Os princípios de falseabilidade e predizibilidade continuam importantes para a ciência, mas não são decisivos para uma explicação dos fenômenos cognitivos.

Uma das coisas mais fascinantes no nosso dia-a-dia é o fato de contarmos uns aos outros o que vemos, ouvimos e sentimos, tendo a sensação de que os outros nos entendem, ou seja, que constroem percepções e experiências similares a nós. Esta atividade que parece tão natural e trivial permanece bastante misteriosa. A explicação caminha na direção das atividades lingüísticas situadas e não das estruturas da língua descartadas de seus usuários. Esse é o caminho que vai do código para a cognição e, neste percurso, tudo indica que o conhecimento seja um produto das interações sociais e não de uma mente isolada e individual. A cognição passa a ser vista como uma construção social e não individual, de modo que para uma boa teoria da cognição precisamos, além de uma teoria lingüística, também de uma teoria social.³

² Quanto a isso, concordo com Catherine Kerbrat-Orecchioni (1996:41), para quem o *contexto* deveria ser visto menos como um entorno extra-lingüístico e muito mais como um "*conjunto de representações que os interlocutores têm do contexto*", isto é, o contexto seria muito mais uma noção cognitivamente construída (uma espécie de modelo) do que algum tipo de entorno físico, social ou cultural. Para a autora (1996:42), o contexto seria "um conjunto de dados de natureza não objetiva, mas *cognitiva*", que se achariam *interiorizados* pelos interlocutores e *mobilizáveis* sempre que necessário no ato da enunciação. Citando Auer & di Luzio (1992), a autora lembra que: "Contexto não é uma coleção de 'fatos' materiais ou sociais [...] mas um número de esquemas cognitivos acerca do que é relevante para a interação a cada ponto no tempo [...] Esses parâmetros contextuais emergentes referem fatos do conhecimento que deve ser traduzido das disposições cognitivas 'invisíveis' dos participantes para bases normalmente acessíveis nas quais se conduzirá a interação."

³ A propósito, lembro aqui a posição de Herbert H. Clark (1996:23-25) que, ao listar as seis proposições a respeito do uso da língua, na proposição 6, afirma: "*The study of language use is both a cognitive and a social science.*" (ênfase do autor). Clark exemplifica isto com o caso de um dueto ao piano e ressalta que a peça musical não é o que cada um toca individualmente e sim o que os dois produzem como um par integrado. Assim, o problema na análise da construção do sentido tem sido que "os cognitivistas tenderam a estudar os falantes e ouvintes como indivíduos. Suas teorias são tipicamente sobre os pensamentos e as ações de falantes isolados". Por outro lado, "os cientistas sociais [...] tendem a estudar o uso lingüístico primariamente como uma atividade conjunta" (p. 24).

Para mostrar a insuficiência de uma teoria vericondicional e a necessidade da ação sócio-cognitiva para determinar a significação, basta tomar uma simples expressão como “eixo do mal”, hoje tão em moda, e tentar aplicar os postulados vericondicionais para verificar se esse eixo se aplica ao Oriente (como quer o Presidente George W. Bush) ou ao Ocidente (como quer Saddam Hussein). Muito rapidamente, se chega à conclusão da insuficiência das evidências empíricas para a decisão, já que se trata de uma crença radicada numa dada cultura e ideologia. Diante disso, pode-se dizer que para pelo menos uma parte de nossas assertivas valem mais as **crenças comuns** como fator de decisão do que **fatos comuns**. Em conseqüência, em muitos casos, a verdade é uma construção baseada mais em crenças do que em evidências. Em certo sentido, pode-se dizer que a empiria inspira e as crenças decidem.

Neste contexto teórico, os seres humanos são vistos como **sujeitos lingüísticos** e o problema é como dar conta da produção e distribuição do conhecimento nas atividades lingüísticas conjuntas desses sujeitos como seres sociais. O problema é explicar como é possível compreender-se e **produzir sentidos públicos** através do ‘uso’ da língua como realidade simbólica. Trata-se de entender a verbalização como um modo de “fabricação de conhecimento”, para usar uma expressão de Mondada (1994), pois, ao que tudo indica, sem uma língua não saberíamos produzir nem distribuir conhecimentos. Ou seja, a língua é muito mais do que uma simples mediadora do conhecimento e muito mais do que um instrumento de comunicação ou modo de interação humana. *A língua é constitutiva de nosso conhecimento*, tal como postulava Carlos Franchi (1977).⁴

O paradoxo desta posição está no fato da necessidade e insuficiência da linguagem na produção do conhecimento, o que mobiliza a interação para o centro da observação. Assim, com Mondada (2001)⁵, podemos admitir que a língua “existe na e pelas práticas discursivas dos locutores”, de tal modo que se acha nelas imbricada a ponto de não poder ser definida nem compreendida à margem de tais atividades. Na realidade, a língua se manifesta como um conjunto

⁴ Lembre-se Benveniste [1976] que em estudo sobre o desenvolvimento da lingüística postulava enfaticamente:

“A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz nascer pelo seu discurso o acontecimento reproduzido. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido.” (p. 26)

Para o autor, isto mostra que a linguagem é dialógica por natureza, o que a torna um “instrumento da comunicação intersubjetiva”. Por outro lado, “*é dentro da, e pela língua que o indivíduo e sociedade se fundamentam mutuamente*” (p. 27). Trata-se do “*poder fundador da linguagem*” (p. 27) que permite falar sobre coisas ausentes ou inexistentes, como a mitologia. O poder da palavra é o mais alto de todos e ela instaura a própria subjetividade.

“A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo. O despertar da consciência na criança coincide sempre com a aprendizagem da linguagem, que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade.” (p. 27)

Esse poder da língua em que o sujeito e a sociedade se “fundam” juntos e por igual lhe advém do fato de “*a linguagem representar a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de simbolizar*” (negrito do autor) (p. 27). Para Benveniste a faculdade tipicamente humana de simbolizar torna-nos racionais, fazendo com que se dê a cultura como “inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização” (pp. 31-32).

⁵ Muitos são os trabalhos da autora, mas aqui me refiro ao texto apresentado na ABRALIN - Fortaleza, março de 2001 “Pour une approche conversationnelle des objets de discours”.

de práticas sócio-interativas de tal modo que “os efeitos de codificação e de standardização da língua não são os únicos aspectos definidores da língua; eles são o resultado de práticas sedimentadas” que devem ser descritas nos seus efeitos constituintes. Isto permite concluir que a calibragem de nossos enquadres cognitivos (*espaços mentais, modelos, esquemas*) não vem de uma simples exterioridade sócio-histórica, mas de nossa relação de continuidade entre sociedade e cognição, isto é de um crivo sócio-cognitivo.

Hoje é comum ouvir-se que as coisas não estão no mundo da maneira como as dizemos aos outros. A maneira como nós dizemos as coisas aos outros é decorrência de nossa atuação lingüística **sobre** o mundo com a língua, de nossa inserção sócio-cognitiva no mundo e de componentes culturais e conhecimentos diversos. A **experiência** não é um dado, mas uma construção cognitiva, assim como a **percepção** não se dá diretamente com os sentidos, mas é a organização de sensações primárias.⁶ O mundo comunicado é sempre fruto de uma ação cognitiva e não de uma identificação de realidades discretas apreendidas diretamente.⁷ O mundo é um contínuo de sensações e a realidade empírica não tem um contorno imediatamente apreensível. A ação de discretização do mundo na forma como o comunicamos é um trabalho sócio-cognitivo sistemático. É neste contexto que vejo hoje uma parte da Lingüística Cognitiva se desenvolver.

2. Uma tomada de posição

Em provocativo estudo de 1990, publicado no primeiro número da *Cognitive Linguistics*, George Lakoff pontuava alguns aspectos metodológicos das Ciências Cognitivas e lembrava que a última metade do século XX foi marcada por dois compromissos bastante distintos:

a) o **compromisso gerativista**, que via a língua como um sistema homogêneo e autônomo e a considerava como sintaxe pura, cabendo aos estudos lingüísticos a análise de formas; é a extremidade do inatismo e do biológico;

b) o **compromisso cognitivista** surgido nos anos 70 e que se firmaria como a tentativa de observar a língua situada e essencialmente ligada à atividade humana e comandada pela realidade sócio-cultural; é a outra extremidade sócio-cultural como base da cognição.

⁶ Mesmo que discordando de alguns aspectos de Ray Jackendoff (1994), gostaria de admitir que nossa experiência é ativamente construída (p. 6). Por exemplo, se nós conseguimos distinguir uma palavra da outra quando ouvimos uma frase, esta é uma distinção psicológica, mas que não física. Se em nossa experiência psicológica distinguimos o que na realidade física não é distinguível, isso não pode provir da experiência da audição, mas de algum aparato ou dispositivo cognitivo. O que nós recebemos, por exemplo, pelo ouvido, é um som ou uma simples realidade física e não uma palavra. A palavra é uma conversão interna que fazemos com base numa faculdade que permite construirmos aquilo como uma palavra (pp.161-162).

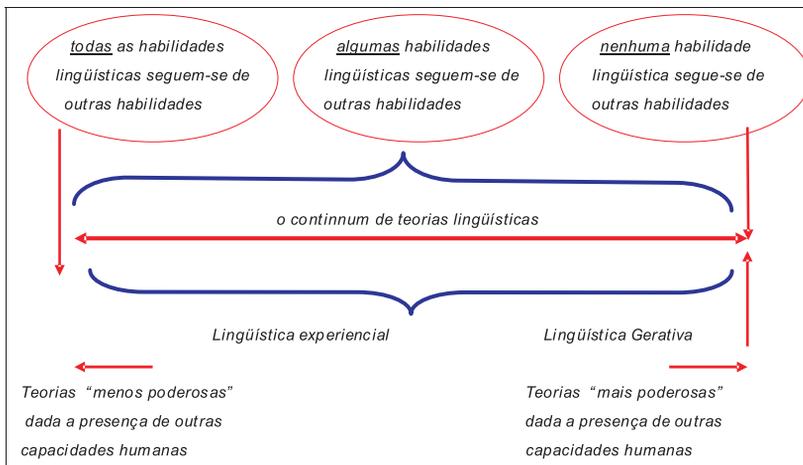
⁷ É conveniente lembrar que não estou postulando um idealismo, pois admito que o mundo real extra-mente existe, mas ele não é diretamente acessível a todos do mesmo modo e o modo como o comunicamos é uma elaboração sócio-cognitiva. Não se trata do perspectivismo barato que Searle (2000) tenta refutar.

De caráter essencialmente funcional, o compromisso cognitivista não admite a perspectiva vericondicional nem a idéia da autonomia da linguagem. Lakoff postula aqui a noção já exposta em Lakoff (1977:237) ao sugerir que não há nenhuma habilidade puramente lingüística, ou seja:

“A assertiva básica de uma lingüística experiencial seria essa: uma ampla variedade de fatores experienciais – percepção, raciocínio, natureza do corpo humano, emoções, memória, estrutura social, desenvolvimento sensório-motor e cognitivo etc. – determinam em larga medida, se não totalmente, as características estruturais universais da linguagem.”(p. 237)

Com isto, Lakoff propõe o contínuo das teorias lingüísticas deste modo:

CONTÍNUO TEÓRICO E CONTÍNUO DE HABILIDADES



Fonte: George Lakoff. 1977. Linguistic Gestalts. In: C.L.S., 1977: 236-287.

À esquerda tem-se um “*fundamentalismo*” funcional e holístico ligando todas as habilidades humanas sem distinção de prioridades nem encapsulamento da atividade cognitiva. Isto pode ser confundido com um *relativismo* exacerbado. Já à direita tem-se outro “*fundamentalismo*” de tipo formal, interiorizado, encapsulado e isolado, inato e instalado ao modo de um aparato autônomo. No entremeio estão todas as demais tendências teóricas. É provável que nos extremos estejam as ênfases e no contínuo a solução do problema.

Assim, à idéia muito cara ao gerativismo de que a **linguagem dispõe de meios finitos para criar infinitas séries de enunciados**, contrapõe-se aqui a idéia de que **a linguagem dispõe de meios não-finitos para criar todo tipo de enunciados**, tal como postula Lakoff (1977). Com isto se diz que as habilidades comunicativas não são puramente lingüísticas, mas estão mescladas com outras habilidades. Postula-se que a linguagem não é autônoma nem independente de outras habilidades humanas, tais como o afeto, a imaginação, a memória, a atenção, as capacidades motoras e todas as formas de sensação humana. A maior parte de nosso conhecimento é construída com a linguagem

(contando aí os vários sub-sistemas, tais como os sons, as formas e os itens lexicais) na comunicação social situada.

A própria idéia de categorias lingüísticas e protótipos recebe neste caso uma reinterpretação e não é mais postulada na linha de Eleanor Rosch (1973, 1977, 1978) pelas condições necessárias e suficientes, como bem notou Mondada (1994). Veja-se o caso típico destes exemplos:

- (1) A madame saiu à rua com seu **cachorro**.
- (2) A policial saiu à rua com seu **cachorro**.
- (3) A carrocinha da Prefeitura recolheu um **cachorro**.

Seguramente, ninguém tem dúvida de que em cada um dos três casos existe uma noção clara a respeito de um determinado cachorro, por exemplo: (1) *poodle*; (2) *pastor alemão* e (3) *vira-lata*. Neste caso pode-se indagar se há ou não um *protótipo de cachorro*⁸ ou se o protótipo é variado, o que o esvazia de conteúdo, ou se o protótipo é sempre identificado em contexto. Haveria ainda o problema de saber se em todas as culturas esses três exemplos levariam às mesmas representações. O certo é que não temos protótipos categoriais rígidos, já que as categorias são culturalmente sensíveis e a prototipicidade é muito mais um efeito do que um universal metafísico (como as categorias aristotélicas) com propriedades necessárias e suficientes. Wittgenstein já nos alertava para isso em suas *Investigações Filosóficas* ao postular a produtiva noção de “*semelhanças de família*”.

Parece sugestivo entender o caso das expressões idiomáticas como constructos que revelam operações sócio-cognitivas relativamente variadas e complexas. Algumas são de uma cultura autóctone, como “*a vaca foi pro brejo*”, “*bater as botas*”, “dar com os burros n’água”; já outras são de uma cultura erudita, tais como “*calcanhar de Aquiles*”, “*fio de Ariadne*”, “*leito de Procusto*”, mas todas as expressões idiomáticas e frases feitas têm um funcionamento baseado em mesclagens de domínios cognitivos diversos de grande plasticidade e operacionalidade, a ponto de dominarmos essas expressões sem problema ou esforço adicional.

Segundo o próprio Lakoff (1977:238) frisa, na prática, não haveria razão para não se admitir a posição aqui defendida, pois “parece altamente implausível que a habilidade lingüística nada tenha a ver com qualquer outro aspecto de nossa realidade humana.” Para Lakoff, os resultados mais interessantes da lingüística residiriam precisamente na possibilidade de mostrar como a língua se relaciona com outros aspectos da vida humana. Esta posição, com algumas características próprias, é a de Fauconnier (1985, 1997), Fauconnier & Turner (2002), Mondada (1994, 1997, 2001), Mondada & Dubois (1995), por exemplo. Esta tendência é representativa também nos estudos de Salomão (1999), Koch (2002), Morato (1996) e eu mesmo, entre muitos outros.

Pode-se dizer que nossas versões de mundo são sempre construídas, provisórias, praxeológicas e não devem ser tomadas como formas *naturais* de

8 É fundamental ter claro que aqui não estou me reportando ao *item lexical* e sim à referência que construímos com esse item. Certamente, o item lexical ‘*cachorro*’ tem uma significação de base (uma espécie de *modelo estabilizado*) que aprendemos e com o qual operamos para construir todos os demais.

dizer uma suposta realidade discretizada. Como lembrado, a linguagem é uma atividade constitutiva e não uma forma de representar a realidade; mais que um **retrato**, a língua é um **trato** da realidade. Mais que um *portador* de sentido, a língua seria um guia de sentidos, como lembra Salomão (1999), e por isso mesmo ela é insuficiente. É na interação social que **emergem** as significações.

Basta tomar algumas poucas expressões de uso diário como “*mesa*”, “*prato*”, “*do*”, “*dureza*”, “*despedida*”, para ver que cada uma delas constrói fenômenos que se agrupam, mas não têm as mesmas características em todos os casos de uso. Não são coisas, estados, ações etc., mas noções para designarmos tudo isso e muito mais. Qual a realidade que cabe a essas noções e como são elas construídas e transmitidas? O que é que existe no mundo extra-mental? E como conseguimos viver essa representação dramática na suposição de estarmos diante de um mundo similar a todos? Este é o desafio para a Linguística Cognitiva.

A questão não é nova, como lembra Gardner (1995), para quem a Filosofia da Linguagem continua o ponto de partida mais estimulante para as Ciências Cognitivas que renovam o questionamento já introduzido pelos gregos, em especial pelo diálogo Menon de Platão e continuado por Descartes no séc. XVII, por Locke, Hume, Kant, Frege e Wittgenstein até nossos dias, chegando ao próprio Chomsky em alguns de seus momentos filosóficos e a Fauconnier e Turner (2002), podemos acrescentar.

Só para contextualizar a questão em Platão, basta lembrar que o diálogo Menon lança logo de início esta indagação a seu interlocutor Sócrates:

- Poderias tu dizer-me, Sócrates, se a virtude é adquirida mediante ensino ou mediante o exercício, ou então talvez nem seja conseqüência do ensino nem do exercício, mas é a Natureza (*physis*) quem a fornece ao homem, ou inclusive seja proveniente de alguma outra causa?

Menon indaga, em essência, se é possível ensinar a virtude ou se ela é inata ou algo diferente disso. Ao responder, Sócrates surpreende Menon dizendo que, assim como os demais gregos, não tem a menor idéia de qual a resposta por que não sabe **o que é a virtude**. E quando não se conhece uma coisa, não se sabe nada de suas propriedades sejam quais forem. E com isto o problema passa a ser outro: - **O que é a virtude?**

Após uma série de discussões e definições, Sócrates conclui que não há como saber o que é a virtude, o que leva a uma reflexão sobre a fonte do conhecimento e não sobre a virtude. Tal como observado por Gardner (1995:18), o núcleo desse diálogo é o seguinte:

“O que estava em discussão neste diálogo platônico era muito mais do que uma investigação da extensão do conhecimento possuído por um único garoto escravo. Havia aqui, talvez pela primeira vez na história intelectual humana, uma meditação prolongada sobre a natureza do conhecimento: de onde ele vem, em que ele consiste, como ele é representado na mente humana? E, em boa medida altamente controversa - do conhecimento humano.”

A rigor, o que Platão estava querendo deixar claro é que o conhecimento maior é o conhecimento das formas, no exemplo das formas geométricas. E esse conhecimento estava implantado na mente humana. Era inato e o ensino nada mais seria do que uma maneira de trazer à tona, à luz da consciência esse conhecimento implantado. Platão estava preocupado com a natureza do conhecimento e indagava-se: *O que é conhecer? Como é possível conhecer? O que é possível conhecer? O que está na memória? Como está na memória? Como se tem acesso a isso que está lá?* Essas questões continuam hoje as mesmas com respostas muito diferentes das que Platão lhes deu. Mas este continua um dos núcleos da questão cognitiva.

3. A questão da referenciação

O quadro teórico aqui levantado funda-se na premissa de que os **processos de referenciação**⁹ ocupam um lugar central na construção do mundo de nossas vivências. Além disso, postula que as referências são elaboradas e transmitidas discursiva e interativamente. Por fim, admite que a referenciação é uma atividade criativa e não um simples ato de designação. Diante disso, a construção referencial deve ser tida como central na aquisição da língua, estendendo-se a todas as ações lingüísticas. Considerando que a língua em si mesma não providencia a determinação semântica para as palavras e as palavras isoladas também não nos dão sua dimensão semântica, somente uma rede lexical situada num sistema sócio-interativo permite a produção de sentidos. Assim, dizer que todo sentido é situado equivale a postular que nada se dá isoladamente.

Para que não parem dúvidas, frisamos que ao postularmos que uma língua não providencia uma semântica para o léxico, não estamos dizendo que as palavras são vazias de sentido, mas que o sentido por nós efetivamente atribuído às palavras em cada uso é providenciado pela atividade cognitiva situada. Assim, a língua é um sistema de indeterminações sintático-semânticas que se resolvem nas atividades dos interlocutores em situações sócio-comunicativas. Portanto, a língua não tem uma semântica determinada e a cognição não é apenas um fenômeno mental.

Pensemos os referentes de expressões comuns em nosso dia-a-dia, tais como: *“Silêncio, Hospital”* ou *“Devagar, Escola”*, encontradas em placas de trânsito. Elas não remetem a hospitais nem escolas, mas a *doentes e estudantes* e é por causa deles que se pede silêncio ou cuidado. Também se pode dizer que a expressão *“entrada proibida”* “reenvia” a interpretação do sinal a *pessoas* e não a *entradas*, para falar com Granger (1973), para quem a língua é muito mais um **sistema simbólico** que um sistema semântico. A língua em si é indeterminada e de uma subespecificação sistemática, seja na forma ou na

9 Não é meu interesse desenvolver uma análise de outros aspectos, mas uma teoria cognitiva deve dar conta de todos os aspectos da língua, não só das atividades de referenciação. Deve-se ir do discurso à fonologia, passando pela morfologia e sintaxe, semântica e pragmática. Ao se abordar um aspecto não se pode deixar o outro de lado. Essas divisões são geralmente artificiais e prejudiciais, pois estabelecem campos de competência e terrenos demarcados de trabalho que não se sustentam isoladamente.

significação. Para Granger (1973:161 ss.), a língua não tem um sistema semântico imanente como no caso dos sistemas formais. A semântica das línguas naturais é uma espécie de “reenvio ao vivido” e por isso pode haver uma pluralidade de significações, o que não é o caso para os sistemas simbólicos formais. Justamente por isso as línguas naturais são sistemas simbólicos aptos para a vida quotidiana.

Se analisarmos com cuidado nossas ações diárias, notaremos que no geral **não pensamos com as coisas, mas as coisas com base num sistema social e simbólico de muitos níveis de estruturação e operação**. Daí podermos falar de coisas mesmo quando ausentes ou inexistentes. Usamos símbolos, mas temos ainda muitas dúvidas de como eles conseguem **representar** as coisas que significam ou às quais remetem. Assim é que o problema da referenciação se torna uma questão crucial nos estudos cognitivos e o **postulado de verdade** levantado pela Filosofia Analítica e pela Lógica do século XX não é mais confiável nem uma boa saída, já que lhe subjaz uma ontologia e uma epistemologia realista natural. Sistemas formais e sistemas sociais não são incompatíveis, mas servem a propósitos diversos e têm determinações distintas.

Aqui cabe muito bem a pergunta que Carlos Faraco me propôs um dia, durante banca de Tese de Titular em Curitiba: “o que você diria sobre a verdade desse enunciado: ‘**A Justiça é cega?**’”. Creio que a resposta depende das condições em que empregamos esse enunciado que poderia ser pertinente simultaneamente com significações opostas. Sua verificação não depende de **condições de verdade** e sim de **condições de uso**. Aquele enunciado não refere um fato, mas a construção de um fato. Seria o caso de propor que na atividade de construção de significados vale mais ter crenças comuns sobre o mundo do que ter dados dos sentidos comuns, como lembrado acima.

Nos sistemas lingüísticos não formais, o mundo social e o mundo cultural são modelos importantes e de sua apropriação depende nossa ação como seres cognitivos. Quando falamos em *ordem social, direitos do cidadão, educação pública, restaurante, trânsito, impostos, preços, moeda, segurança, trabalho* etc., sempre nos referimos a algum fenômeno sócio-culturalmente construído e não a fenômenos da natureza. Eles são os conhecidos “*objetos-de-discurso*” de que fala Mondada (1995). Mas isso também ocorre com a idéia de “*campo de força*”, “*massa*”, “*buraco negro*” e outras das ciências da Física. Assim, podemos perfeitamente indagar o que tem a ver o “*verde*” com a idéia de “*poder seguir*” e o “*vermelho*” com a idéia de “*ter que parar*”, se não estivermos numa relação direta com o sistema de trânsito.

Com efeito, usar símbolos para dizer as coisas, os eventos, as relações, os estados de espírito etc., é um modo de construir tudo isso e dar-lhes uma forma de presença e identidade. Isto é feito com base em algum modelo estabilizado que se reporta a outro e mais outro, o que forma uma cadeia cognitiva em sucessivas fusões ou interligações (na visão de Fauconnier). Como a linguagem é a base dessa estabilização, isto recoloca de maneira bastante clara a questão central de toda a reflexão ocidental, qual seja: *qual é a natureza da nossa relação com o mundo pela linguagem?*

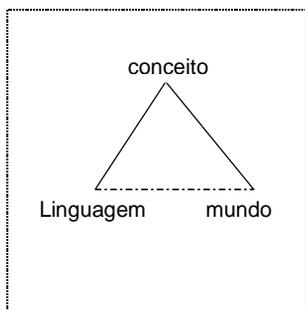
Esta não é uma indagação direta sobre a relação linguagem-mundo, mas sim sobre como nós usamos a linguagem enquanto forma constitutiva de

mediação dessa relação. Trata-se de sair do “*foco no significante*” e de refletir sobre a “*dimensão social dos processos lingüísticos*”, como lembra Salomão (1999:63). Esse é o compromisso cognitivo de que se trata aqui. Talvez o gráfico a seguir, mesmo que pouco claro, poderia ser a nova forma de ver essa situação em substituição ao clássico triângulo semiótico.

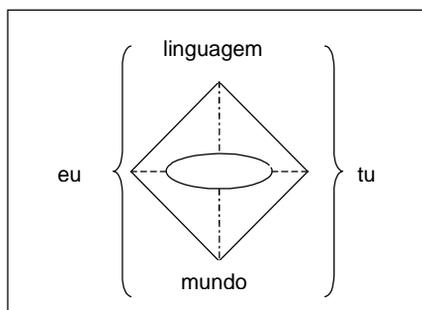
Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa

Luiz Antônio Marcuschi

TRIÂNGULO SEMIÓTICO



LOSANGO DAS RELAÇÕES DIALÓGICAS



Não se trata de uma revisão do clássico triângulo semiótico, mas de outro paradigma em que a relação se dá pela intermediação sócio-interativa entre um eu e um tu, sendo a cognição a materialidade da construção desenvolvida no interior de uma atividade. O triângulo transforma-se num losango e as relações são mais complexas. Os sujeitos (eu-tu) passam a ter um lugar ativo nessa determinação e o conceito não é uma representação que se acha em algum lugar, alocado pela linguagem, mas é produzido no interior de uma relação em que a linguagem tem um papel central, sendo ao mesmo tempo determinante e determinado. Sem interlocução não há produção de sentido, já que o sistema não providencia mais do que o momento heurístico dessa construção, cabendo aos interlocutores o papel central na arena cognitiva.

Com o objetivo de desenvolver alguns argumentos fundados em dados empíricos, apresento a seguir exemplos de grande plasticidade, coletados por Rosemeire Selma Monteiro (2000)¹⁰ para sua Tese de Doutorado, na qual, entre outros temas, a autora trata dos **hiperônimos**, levando em conta o grau de instrução dos indivíduos e a natureza dos fenômenos agrupados. Tendo como premissa que os hiperônimos fundam-se numa hierarquização de elementos semânticos, isto exige algum tipo de organização mental para construir a *ordem do enquadre cognitivo*, já que ele não é natural. Assim, observando como as pessoas constroem seus agrupamentos e os representam lingüisticamente, podemos inferir o processo subjacente, levantando hipóteses explicativas. Na realidade, pretendo sugerir que a solução está muito mais na adoção da hipótese sócio-cognitiva do que na suposição de um sistema de representações mentais, pois isto implicaria um imenso ‘*armário semântico*’ embutido em nossas mentes.

¹⁰ Rosemeire Selma MONTEIRO (2000). **Estratégias de Semiletrados num Mundo Letrado**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduação em Lingüística. Tese de Doutorado (orientada pela profa. Dra. Leonor Scliar-Cabral). (Mimeo). Gostaria de agradecer à Rosemeire a permissão para utilizar estes dados mesmo antes de ela os ter explorado exaustivamente.

Para o levantamento dos dados, Monteiro apresentou aos seus informantes¹¹ este comando: “*Eu vou te dizer três palavras e você vai me dizer o que que essas três coisas são.*” Tratava-se de agrupar três entidades (**hipônimos**) de algum modo relacionadas e representadas por uma expressão, isto é, o **hiperônimo** que as englobasse. Vejamos aqui alguns exemplos:

- (1) sofá, mesa, estante → **móveis**
- (2) cerveja, vinho, licor → **bebidas**
- (3) FHC, Lula, Enéas → **políticos**
- (4) genro, nora, cunhada → **parentes**

O fato é que as respostas dos informantes foram surpreendentes e a variação relativamente grande. Segundo as análises de Monteiro (2000), apenas 46,91% das respostas dos iletrados foram corretas e, no caso dos Universitários, 79,15%. Levando em conta os conhecimentos prévios de cada grupo, seria razoável supor que em parte eles foram responsáveis pelos acertos ou equívocos. Isto é um dado empírico importante revelado por Monteiro (2000). Contudo, como explicar que a mesma pessoa (um representante do grupo de iletrados) produza estas seqüências?

- (a) cascavel, coral, jibóia → inseto desgraçado
- (b) chocolate, brigadeiro, quindim → a fãmia inteira
- (c) genro, nora, cunhado → ruma p. briga de foice
- (d) FHC, Lula, Enéas → três sem-vergonha
- (e) Brasil, México, Paquistão → isso aí me apertô

No caso de **(e)**, ele declara que não sabe e isto se deve a problemas de conhecimento enciclopédico ou de desconhecimento de um item lexical hiperonímico que os agrupe. Mas nos demais casos ele tem o conhecimento dos itens elencados e certamente teria um item lexical para designá-los. No entanto, preferiu agrupá-los dentro de categorias “*axiológicas*” (Monteiro, 2000) ou num enquadre *ilocucional* que lhe é familiar. O que está atuando por trás deste sistema não é um esquema categorial e sim uma atividade sócio-cognitiva de envolvimentos que produzem mesclas conceituais, *blendings*, na terminologia de Fauconnier (1997). Este informante, mesmo na condição de analfabeto, sabe, por exemplo, que: *sofá, mesa e estante* são *móveis* e sabe que *avião, barco e trem* são *veículos*. Portanto, ele entendeu o comando e tem condições de enquadres semânticos, mas prefere outros enquadres que representam sua atividade no dia-a-dia. Tanto assim que ele não usaria aquele mesmo enquadre em todas as condições de produção discursiva diárias. Vejamos aqui dados de três grupos de informantes.

¹¹ Os informantes estavam divididos nestes cinco grupos: (a) **iletrados**, (b) **semiletrados**, (c) **1º Grau**, (d) **2º Grau** e (e) **3º Grau**, com 9 pessoas em cada grupo. Foram construídos 40 conjuntos de três palavras. Detalhes da análise podem ser vistos na referida tese.

CONSTRUÇÃO DE HIPERÔNIMOS COM BASE NUMA SEQUÊNCIA DE TRÊS
ITENS LEXICAIS DO MESMO CAMPO SEMÂNTICO

Nº	Conjunto de termos		Respostas dos itens S2G1AH e S4G1AH		Respostas 1º Grau S3G3AH e S8C3AM		Respostas 3º Grau S1GAH e S65AM	
1	sofá	estante	Móveis	Móvel	Móveis	Eletrodomésticos	Lazer	Servem p/ sala
2	alface	couve	Verdura	Verdura	Verdura	Verdura	Vitamina	Legumes
3	cerveja	licor	Bebida	Alcool	Bebida	Refrigerante	Veneno	Alcool
4	avião	trem	Para pessoa embarcá	Passoio	Embarcação	Transporte	Transporte	Locomoção
5	genio	nora	Parente	Sogro	familia	Parentes	Problema	Familia
6	chocolate	brigadeiro	Doce	Comida	Bebida	Doce	Tentações	Doce
7	Tarcísio Meira	Francisco Cuoco	Artista	Ator	Ator	Ator	Três bons atores	Artista
8	moicego	Ramos	Peixe do mar	Inseto	De peixe	Bichos	Belos animais	Mamíferos
9	FHC	Lula	Político	1 presidente e 2 candidatos	Presidente	Governadores	Rouba com aval	Ladrões
10	feijão	arroz	Comida	Grão	Legume	Não sei	Alimentos	alimentação
11	Mercúrio	Vênus	Planeta	-----	-----	Não lembro	-----	Planeta
12	Monteiro Lobato	Cruz e Souza	Escritor	Ator	3 homens antigos	Não sei	Dá vida a ilusão	Escritores
13	bingo	dama	Jogo	jogo	jogo	Jogo	Jogos	Recreação
14	Brasil	México	País	país	Três estados	Cidade	Diferentes lugares	países

Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa

Luiz Antônio Marcuschi

Fonte: Rosemeire S. MONTEIRO (2000). **Estratégias de Semiletrados num Mundo Letrado**. Florianópolis, UFSC. PG em Linguística. Tese de Doutorado. [dados da coleta para tese, tabela minha]

A amostragem aqui referida não é significativa para a pesquisa de Monteiro (2000), mas sim para meus propósitos. O meu interesse nestes dados é a possibilidade de mostrar que um indivíduo, mesmo sabendo que pode agrupar fenômenos de um dado modo, mostra conhecimentos, evidencia relações ou revela experiências variadas, escolhendo uma delas com muita precisão. Seguramente, ele seria capaz de justificar porque escolheu tal hiperônimo. Veja-se que o agrupamento de políticos em enquadres cognitivos axiológicos negativos, bem como o enquadre de três categorias de membros da família num enquadre negativo não é uma brincadeira e sim a expressão da construção de uma experiência lingüísticamente revestida. O informante de terceiro grau dá para o agrupamento '*cerveja, vinho, licor*' o hiperônimo de **veneno**. Isto é revelador da avaliação que ele faz.

Certamente, pode-se dizer que se estes itens estivessem embutidos em situações concretas e não isolados deste modo, teríamos outros resultados. Isso é no entanto irrelevante para a tese central de que para a categorização e mesmo a referenciação o que conta é a perspectiva dos indivíduos e não o conhecimento lexical específico. Tanto assim que essas referências hiperonímicas podem mudar para o mesmo indivíduo a depender das circunstâncias a que ele estiver submetido. Diante dos políticos nomeados ou diante de sua sogra, certamente que mudaria o hiperônimo. Não se trata de uma simples questão de associação léxica e sim de oportunidade sócio-interativa de associação.

A maneira como dizemos aos outros as coisas é muito mais uma decorrência de nossa atuação discursiva **sobre** o mundo e de nossa inserção sócio-cognitiva no mundo pelo uso de nossa imaginação em atividades de 'integração conceitual', do que simples fruto de procedimentos formais de categorização lingüística. O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo construtivo e imaginativo e não de uma identificação de realidades discretas e formalmente determinadas. A primeira conseqüência disso é a impossibilidade de uma relação biunívoca entre linguagem e mundo, ou seja, cai por terra a visão *representacional* de linguagem, tão cara a todos os formalismos. Entra em cena uma continuidade conceitual elaborada com base na diversidade dos esquemas que mapeiam relações cognitivas estáveis.

4. Um caso específico: a *dêixis*

Aspecto central no contexto teórico desta exposição é o **princípio da referência como um ato criativo**. Como ato criativo, a referência não poderá ser um simples ato de identificação ou de designação extensional, mas uma atividade complexa. Nesta atividade, o processo inferencial é crucial para a construção de uma semântica e deveria ser um dos tópicos nucleares da

^B O campo mostrativo, ou o **Zeigfeld**, é caracterizado por Bühler como um "*hier-jetzt-ich-system*" (p.149), ou seja, um "sistema-eu-aqui-agora", que tem como palco a interlocução direta entre os falantes. É interessante ainda notar que Bühler não analisa o campo simbólico da linguagem (**Symbolfed**) na imanência da linguagem e sim no contexto dos usos, pois só ali se pode ver como os nomes funcionam. Assim, estudar léxico, é em boa medida estudar contexto (pp. 149-153).

teoria. No entanto, não será aqui tratado por falta de espaço e para isso remeto a Marcuschi (2000). Postulando que a língua como tal não tem uma semântica, já que ela é indeterminada e os sentidos são situados e interativamente construídos, devemos providenciar uma explicação dos processos de construção referencial.

Início aqui com a apresentação de um autor hoje muito pouco lembrado pelos lingüistas e menos ainda pelos cognitivistas. Trata-se de Karl Bühler, que em sua obra ***Sprachtheorie (Teoria da Linguagem)***, lançada em 1934 [citada aqui pela edição de 1978], já dedicava extensos capítulos ao problema da referenciação. Tinha, como se sabe, procedência da Psicologia do final do século XIX, mas já renovava as posições de autores com os quais discute ao longo de sua obra. Aqui me aterei a um ponto específico: o caso da **dêixis**, aspecto dos mais originais do autor.

Karl Bühler (1978:80) distinguia de maneira sistemática entre um *campo simbólico da linguagem (Symbolfeld der Sprache)* e um *campo mostrativo da linguagem (Zeigfeld der Sprache)*¹³. O campo mostrativo, que incorporava todos os tipos de dêiticos, recebia sua especificação e determinação referencial de caso a caso (“*Von Fall zu Fall*”). Para Bühler, os dêiticos como “*eu/tu*”, “*aqui/lá*”, “*agora/depois*” têm sua determinação referencial na relação com os contextos e os falantes, ligando-se, portanto, a uma **origo** que lhes dá uma característica egótica. Assim, se fôssemos querer para os dêiticos o mesmo procedimento referencial que para os nomes, deveríamos ter para cada “*aqui*” e para cada “*agora*” ou “*eu*” um nome e com isso precisaríamos de tantos nomes quantos usos. Justamente por essa impossibilidade e por esse funcionamento largamente econômico, os dêiticos distinguem-se dos *signos conceituais (“Nennwörter”)*, que pertencem ao campo simbólico e têm sua identificação referencial preenchida de maneira diferente ao possuírem uma “*Wasbestimmtheit*” (determinação substantiva). Desse modo, falantes diversos, em situações diversas e mesmo na ausência de um dado objeto podem designá-lo (construí-lo) com relativa precisão e similaridade (Bühler, 1978: 101-103). Esta posição de Bühler torna a distinção entre dêiticos e nomes um aspecto sistemático do funcionamento referencial da linguagem.

O interesse da abordagem de Bühler (1978) para o nosso caso está nos três tipos de dêixis ou “modos de mostração” (*modi des Zeigens*) propostos, isto é:

- (a) *stumme Deixis (Demonstratio ad Oculos)* (a dêixis muda ou o apontar com o dedo, com o olhar ou com gestos sem palavras);
- (b) *Demonstratio ad Aures (Anaphora)* (a demonstração audível ou

¹³ Há, em Bühler (1978:123), uma nota (nota 1) interessante, em que o autor informa ser o termo “*fantasma*” menos desnorteante que um outro que lhe ocorrera, isto é “*anamnetisches Zeigen*” (*mostração anamnética*). O argumento de Bühler para essa preferência é que a *anáfora* sim pode ser anamnética ao representar um antecedente e mimetizá-lo, mas o *fantasma* ultrapassa a simples reprodução de um elemento ao criar novos espaços cognitivos (esta expressão final é uma visão minha, LAM).

¹⁴ “[im viertel Kapitel] wird dann duetlich werden, dass der werdende Kontext einer Rede selbst zum Zeigfeld erhoben wird, wenn wir anaphorisch zeigen: ein höchst merkwürdiges und für die sprachliche Darstellung ausserordentlich charakteristisches Phänomen.” (Bühler, 1978:124).

o apontar com elementos pronominais, adverbiais de lugar, tempo, espaço etc.);

(c) *Deixis am Phantasma*¹⁴ (*anáfora indireta*) (um processo referencial indireto e realizado pela imaginação).

Bühler (1978) distingue claramente entre os três modos, mas trata o primeiro e o terceiro como similares, desvinculando-os da **anáfora**. A rigor, todos eles podem realizar-se pelos mesmos elementos lingüísticos (*este, aqui, agora*), apenas com características construtivas diversas. Para o autor, a anáfora seria incompreensível se não houvesse o campo simbólico (sintático) do discurso, pois “a anáfora parece ser invocada de forma eminente para ligar a mostraçõa (*Zeigen*) com a própria representação (*Darstellen*)” (p. 123). Por isso a anáfora deve ser tratada após a análise do campo simbólico, pois só assim ficará claro que “**o próprio contexto emergente de um discurso se torna um campo mostrativo quando apontamos anaforicamente**” (p. 124)¹⁵. Este aspecto é descrito por Bühler como “**um fenômeno sumamente notável e extraordinariamente característico para a representação lingüística**” (p. 124). Isto dá bem a medida da relevância atribuída por Bühler à anáfora no contexto da referenciação. Com base neste funcionamento da anáfora na co(n)textualidade, Bühler sugere que o **campo simbólico (Symbolfeld)** e o **campo dêitico (Zeigfeld)** seriam conectados por um terceiro campo, isto é, um **campo dêitico contextual (kontextliche Zeigfeld)** (p. 124), sendo que este contexto seria aquele emergente na própria imanência textual e hoje chamado de **co-texto**.

Por outro lado, de extremo interesse aqui é a diferença da determinação referencial que Bühler aponta entre **a Deixis am Phantasma** e a **Anaphora**. A anáfora é um tipo de retomada com base numa memória co-textual direta, ao passo que deixis am *phantasma* seria uma “**fantasia construtiva**” (p. 123). A *dêixis am phantasma* é uma forma de tornar presente o ausente, assim como o ator no teatro presentifica o personagem sem sê-lo em carne e osso. É uma representação e não uma mimesis nem uma retomada. O ator é uma representação (teatralização) do ausente (v. Bühler, 1978:123-126). O certo é que a linguagem visível é orientada por esse jogo de ficção; um jogo em que os interlocutores situam-se imageticamente num tempo e espaço no qual os dêiticos am phantasma funcionam como numa arena teatral. (p.126)

Bühler (1978:401) traz este exemplo de deixis am phantasma: “*N. N. viveu há centenas de anos em Roma. Lá, havia então...*” Aqui temos um caso de dêixis que nos permite construir a idéia de uma situação em que alguém

¹⁶ Seria interessante investigar um pouco mais esta questão da anáfora (correferencial e remissiva) como uma atividade pouco criativa. Na realidade, o problema fica um pouco mais complexo quando se passa a observar também a questão da *recategorização, analogia, associação* e outros processos na construção anafórica. Em todos estes casos não se trata, certamente, de uma correferencialidade. E neste sentido Bühler tem toda razão. Portanto, num primeiro momento, tomemos como não criativa apenas a anáfora correferencial. Mas mesmo assim, vale ressaltar que a anáfora correferencial é um fenômeno discursivo.

¹⁷ Por absoluta falta de espaço, não me dedicarei a alguns dos tópicos mais trabalhados hoje no campo da referenciação e da produção de sentido no nível lexical, tal como as **categorias, metáforas, ironias** e a outros aspectos como a **polissemia, ambigüidade, analiticidade** etc. Todos estes assuntos são hoje nucleares na investigação cognitiva.

viveu. Isto serve de base para que Bühler veja nesse tipo de dêixis uma atividade criativa, o que já não ocorreria com a anáfora. Bühler (1978:399) informa que em “exaustivas análises estatísticas da Literatura Alemã” constatou que em autores como Nietzsche e Goethe apareciam poucas anáforas e muita *deixis am phantasma*. Mas nos ofícios da Chancelaria havia muitas anáforas. A anáfora é uma maneira de pôr o indivíduo num “andador” tirando-lhe a liberdade de criar e obrigando-o a circunstanciar-se ao que vinha em andamento. Pois a anáfora obriga a recobrar algo anterior e tem seus limites nessa operação de recuperação, o que permite entender que as anáforas indiretas seriam algo próximo à *deixis am phantasma* de Bühler por irem além dum simples processo de recuperação.¹⁶

Para Bühler (1978), não apenas os pronomes e os advérbios de lugar, tempo etc., são dêiticos, mas também os adjetivos relativos e muitos nomes que podem funcionar tanto como nomes próprios quanto ter uma relação dêitica. Veja-se o caso de “*mãe*”. Quando eu falo de ‘mãe’ na minha situação, refiro uma pessoa muito específica, ou seja “**minha mãe**”, mas no caso de indicar a mãe de outra pessoa, eu falo sempre na “**mãe de alguém**”. A expressão *mãe* pode operar como um tipo de dêitico no meu caso, pois mãe eu tenho só uma.

Tal como o próprio Granger (1973) já citado acima afirmou, os **dêiticos** e as **anáforas** (*embreyeurs*) são típicos e exclusivos das línguas naturais e inexistem nas linguagens formais. Isso se dá por várias razões, sendo a principal delas a não-determinação sistêmica dos referentes desses constituintes.¹⁷ A determinação referencial dos dêiticos e das anáforas é uma atividade situada seja na *co-textualidade*, no *contexto situacional* ou num *contexto cognitivo*. E isso pode ser estendido para o todo da língua.

5. Algumas sugestões programáticas

Tudo o que acabamos de ver diz respeito a uma questão que, como lembrado inicialmente, pode ser resumida numa única expressão, isto é: **referenciação**. Um conceito que está substituindo a clássica noção de *referência*. Este aspecto liga a maioria das questões cognitivas, já que envolve aspectos cruciais tanto para se compreender o funcionamento da língua como também a organização dos textos e seus discursos. Aí estão envolvidos problemas da atividade de categorização, construção dos referentes, produção da experiência e organização das percepções.

A premissa central desta proposta é a de que **a referenciação é um ato de construção criativo** e não um simples ato de representação ou de designação extensional de uma expressão no mundo extra-mental. Mesmo porque há muitos referentes que não têm seu similar no mundo extra-mental e mesmo assim não são apenas construções mentais. Gostaria de deixar precisamente este recado: hoje é difícil saber com clareza o que se entende

¹⁶ Refiro-me aqui ao estudo original de 1965 “Teorias do significado e linguagens apreendíveis” que foi editado na coletânea *Inquires into Thruth and Interpretation*. (Oxford University Press, 1984). Republicado na tradução espanhola de 1995.

com a expressão '*representação*' e certamente vai demorar algum tempo para esclarecê-la.

Se tomarmos a noção de referência como aquilo que designamos com alguma expressão lingüística, é interessante constatar que, como observa Donald Davidson (1965),¹⁸ são muito poucos os termos que designam algo como objeto de nossos sentidos, sendo que a maioria designa algo que os sentidos não apreendem como seus objetos ou que sequer existem na natureza e são meras construções nossas. Outros são apenas fenômenos teóricos construídos por alguma teoria mediante certos 'postulados de significação'. Neste sentido parece que a questão da referência é um capítulo epistemológico e não um problema empírico.

Acredito que assim como nos anos 60 e 70 do século XX se abusou da palavra 'estrutura' a ponto de esvaziá-la de algum sentido, hoje se corre o risco de abusar da expressão **cognição** a ponto de tirar-lhe qualquer sentido mais preciso. De igual modo a expressão **interação social** está chegando a um esgotamento pelo abuso. Abuso é o uso indevido e sem um controle do próprio fenômeno construído. Fazem-se necessárias hoje reflexões de caráter epistemológico e não de caráter apenas empírico.

A noção de verdade como correspondência é outro aspecto a ser considerado como inadequado, pois neste caso a própria linguagem deveria ter a propriedade de dizer ou espelhar o real. A verdade como correspondência tem o grave inconveniente de ser uma espécie de refém da dicotomia sujeito-objeto, na medida em que requer a noção de adequação. Melhor pensar essas questões como sistemas de relações que se estabilizam com base em modelos interacionalmente construídos.

Em suma, defendo a tese geral de que não são os fatos que produzem as significações presentes em nossas compreensões e sim as nossas compreensões que fundam e constroem as significações que atribuímos aos fatos. Na realidade, isso significa que não há um *a priori* nem um centro regulador da significação, mas ela é produto de interações sociais no interior da cultura e da história. Daí ser o próprio conhecimento um projeto cultural e não um dado natural ou um fruto de relações de correspondência sujeito-objeto. O melhor é pensar em termos de sujeito-objeto-sujeito: duas subjetividades criando uma realidade intercomunicável. Sentidos são bens humanos e não fenômenos naturais.

Referências bibliográficas

AUER, P. & A. de LUZIO (Eds.) *The Contextualization of Language*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1992.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*. Vol. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BÜHLER, K. *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Frankfurt am Main, Ullstein, 1978 [1934].

CLARK, H. H. *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

- DAVIDSON, D. On the Very Idea of a Conceptual Scheme. In: *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 47, 5-20, 1984.
- FAUCONNIER, G. *Mental Spaces. Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1985.
- _____. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- _____. & TURNER, M. *The Way We Think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.
- FRANCHI, C. Linguagem – Atividade Constitutiva. *Almanaque*, 5, 9-27, 1977.
- GARDNER, H. *A Nova Ciência da Mente. Uma História da Ciência Cognitiva*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- GRANGER, G. Língua e sistemas formais. In: J. SUMPFF; G. GRANGER; J. BOUVERESSE & J. GAUVIN. *Filosofia da Linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina, 139-171, 1973.
- JACKENDOFF, R. *Patterns in the Mind. Language and Human Nature*. New York: Basic Books, 1994.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Texte et contexte. In: *SCOLA – Sciences Cognitives, Linguistique & Intelligence Artificielle*, 6, 40-59, 1996. (Número especial sobre *Contexte(s)*).
- KLEIBER, G. *La sémantique du prototype: catégories et sens lexical*. Paris: Les Editions de Minuit, 1990.
- KOCH, I.V. *Desvendando o texto e seus segredos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LAKOFF, G. Linguistic gestalts. In: *Papers from the Thirteenth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago, Illinois, 236-287, 1977.
- _____. The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on image-schema? *Cognitive Linguistics*, 1-1, 39-74, 1990.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora sem antecedente explícito. In: D. PRETI (Org.). *Fala e Escrita em Questão*. (Projetos Paralelos – NURC/SP, Núcleo USP, Vol. 4) São Paulo: Humanitas, 191-240, 2000.
- MONDADA, L. *Verbalisation de L'Espace et Fabrication du Savoir: Approche linguistique de la construction des objets de discours*. Lausanne: Université de Lausanne, 1994.
- _____. Processus de catégorisations et construction discursive des catégories. In: D. DUBOIS (Org.). *Catégorisation et cognition. De la perception au discours*. Paris: Editions Kimé, 291-313, 1997.
- _____. *Pour une approche conversationnelle des objets de discours*. Texto apresentado no Congresso da ABRALIN – Fortaleza, março de 2001.
- _____. & D. DUBOIS. Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référénciation. In: BERRENDONNER, A. e M-J REICHLER-BEGUELIN (Eds.) *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 273-302, 1995.
- MONTEIRO, R. S. *Estratégias de Semiletrados num Mundo Letrado*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2000.

Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa

Luiz Antônio Marcuschi

MORATO, E. M. *Linguagem e Cognição: As Reflexões de L.S. Vigotsky sobre a Ação Reguladora da Linguagem*. São Paulo: Plexus Editora, 1996.

ROSCH, E. Natural categorias. *Cognitive psychology*, 4, 328-350, 1973.

_____. Human categorization. In: N. WARREN (Ed). *Studies in cross-cultural psychology*. Vol I. London: Academic Press, 1-49, 1977.

_____. Principles of Categorization. In: E. ROSCH & B.B.LLOYD. *Cognition and Categorization*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 27-48, 1978.

SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas, Revista de estudos lingüísticos*, 3 (1), 61-79, 1999.

SEARLE, J. R. *Mente, Linguagem e Sociedade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.